



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E
COMBATE À FOME
GOVERNO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO
INSTITUTO MENINO MIGUEL
OBSERVATÓRIO DA FAMÍLIA
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, CRIANÇA, JUVENTUDE E
PREVENÇÃO ÀS DROGAS
PROGRAMA NACIONAL DE CAPACITAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DA
ASSISTÊNCIA SOCIAL-CAPACITA SUAS
ESCOLA DE FORMAÇÃO DOS TRABALHADORES DO SUAS - ESFOSUAS
FUNDAÇÃO APOLÔNIO SALLES DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL –
FADURPE
ESPECIALIZAÇÃO EM POLÍTICAS SOCIAIS

EVELYN DE LIMA CAMPOS

**REDUÇÃO DE DANOS NO AGRESTE CENTRAL PERNAMBUCANO:
UMA PROPOSTA DE INTERVENÇÃO NOS CREAS**

Recife
2023

EVELYN DE LIMA CAMPOS

REDUÇÃO DE DANOS NO AGRESTE CENTRAL PERNAMBUCANO:
UMA PROPOSTA DE INTERVENÇÃO NOS CREAS

Monografia apresentada à Universidade Federal Rural de Pernambuco, como requisito para a obtenção do título de Especialista em Políticas Sociais.

Orientador: Prof. Me. Emanuel Bernardo Tenório Cavalcante

Recife – PE

2023

Monografia apresentada como requisito necessário para obtenção título Bacharel em I Curso de Especialização em Políticas Sociais. Qualquer citação atenderá às normas da ética científica.

NOME DO ALUNO

Monografia apresentada em ___/___/_____

Orientador (a)

Prof. Me. Emanuel Bernardo Tenório Cavalcante

1ª Examinador (a)

Prof.ª Ma. Jektivam M. da Conceição Silva

2ª Examinador (a)

Prof.ª Ma. Viviane Ferreira do Amaral Teodósio

Coordenador (a)

Prof.ª Dra. Raquel de Aragão Uchôa Fernandes

C198r Campos, Evelyn de Lima Campos
REDUÇÃO DE DANOS NO AGRESTE CENTRAL PERNAMBUCANO: UMA PROPOSTA DE INTERVENÇÃO
NOS CREAS / Evelyn de Lima Campos Campos. - 2023.
33 f. : il.

Orientador: Prof. Me. Emanuel Bernardo Tenorio Cavalcante.
Coorientador: Prof.ª Dra. Raquel de Aragao Uchoa Fernandes.
Inclui referências.

Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Especialização em
Gestão de Políticas Sociais, Recife, 2023.

1. Redução de Danos. 2. Política Pública. 3. CREAS. 4. Formação continuada. I. Cavalcante, Prof. Me. Emanuel
Bernardo Tenorio, orient. II. Fernandes, Prof.ª Dra. Raquel de Aragao Uchoa, coorient. III. T.Á-tulo

RESUMO

O presente trabalho tem como intuito expressar como se deu a minha trajetória enquanto aluna desta Especialização, na criação de um Plano de Trabalho de intervenção, diante minha atuação no campo das Políticas Súcias interligado com os contextos aprendidos ao logo desse curso. Contando com a problematização da atuação dos profissionais, psicólogos, assistentes sociais, pedagogos e advogado. Descrevendo nesta pesquisa sobre o percurso histórico deste país e como este impacta diretamente no olhar estigmatizado dos usuários de álcool e outras drogas, mais especificamente o crack. A importância do conceito e estratégias de Redução de Danos, pauta na Política Nacional Antidrogas e na Declaração Universal dos Direitos Humanos. Nessa perspectiva vislumbra compreender e criar novas estratégias metodológicas, diante a percepção e atuação de profissionais do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), na facilitação de direitos as pessoas que fazem uso conflituoso drogas. Através de uma formação continuada, pautada na Política Nacional de Educação Permanente do SUAS, problematizando o preenchimento dos instrumentais, a contabilização de casos de famílias e indivíduos acometidos pela problemática da drogadição.

Palavras-chaves: Redução de Danos, Política Pública, CREAS; Formação continuada.

Aos meus pais, José e Rosângela.

À minha avó Natalicia.

Aos meus irmãos Heverthon, Emerson e Heberth.

AGRADECIMENTOS

Inicialmente, gostaria de salientar o quanto é difícil ocupar alguns lugares, entre eles a Academia que tem se esforçado para que pessoas como eu ingresse nela, porém, esse esforço não se estende para a permanência nela.

Queria mencionar algumas mulheres que cruzaram meu caminho desde antes do meu nascimento, minha ancestralidade, minha avó Natalícia – que foi o grande motivo para que escolhesse a Psicologia. Ela, mulher da roça, que já foi internada em hospício e que lutou com sua loucura bravamente para permanecer viva, diante de tanta violência... esse trabalho tem muito da senhora, Vó.

À minha mãe, que sempre lutou para que nosso futuro fosse diferente do dela, que se orgulhou de cada filho que pode entrar na faculdade. Tua luta sempre foi válida, mulher, eu te amo imensamente. Tenho que mencionar as minhas amigas Larissa e Gab, que sempre acreditaram e lutaram por mim, e isso sempre foi uma coisa nossa. As batalhas travadas pelo amor são as que mais valem a pena. Sem dúvidas, tê-las enquanto amigas me fizeram ver que a família vai muito além do laço consanguíneo. Romper com as violências não é fácil, muito menos quando se está sozinha, agradeço imensamente a vocês duas por segurarem minha mão esse trabalho também tem muito de vocês.

A mais uma mulher que passou por minha vida e que enfrentou de mãos dadas comigo muita violência: Raline, obrigada por permanecer na minha vida, me ensinar muita coisa e todos os puxões de orelha. Obrigada por se fazer presente mesmo estando longe.

Ao meu companheiro Gabriel, que sempre segurou a barra e me acompanhou nos piores e melhores momentos fazendo com que eu me sinta amparada. Queria poder agradecer a todos os meus amigos aqui e fazer um parágrafo dedicado a cada um, mas como existem as limitações acadêmicas, saibam que amo vocês.

Gostaria de agradecer a uma Professora e amiga, Viviane Amaral, que me enxergou, esteve presente e validou com muita ética o meu fazer profissional. Ensinou-me o que é cuidado sem falar uma palavra. Quem a conhece, sabe que Viviane é sobretudo cuidado. Tenho muito respeito por sua trajetória, Professora, e esse trabalho tem muito de você.

Agradeço ao meu Orientador, que com toda paciência e sem me conhecer, foi muito empático com todo meu sofrimento, validou tudo e foi muito carinhoso. Espero lhe conhecer pessoalmente em breve, tenho a certeza que você é um excelente Professor.

Finalizo agradecendo a Geovana Sophia, Maria Vitória, Emanuele e Bianca que infelizmente faleceram em um trágico acidente na Casa de Acolhimento II. Obrigada por estarem lá no meu grupo, por me abraçarem e por me chamarem tão carinhosamente de “tia”. Vocês jamais serão esquecidas, esse trabalho também é de vocês.

Minha escrita é contaminada pela condição de
mulher negra. (Conceição Evaristo, 2017)

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
2	MEMORIAL	11
3	CONCEITUAL	17
3.1	Introdução as Políticas Sociais, contexto histórico e Política Nacional Antidrogas.	
3.2	Redução de Danos e Psicologia.	
3.3	Formação Continuada CREAS.	
4	PROJETO DE INTERVENÇÃO	25
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	30
6	REFERÊNCIAS	32

I. INTRODUÇÃO

O presente trabalho apresenta capítulos que seguem a minha história dentro da Especialização de Política Sociais, promovido pelo Instituto Menino Miguel, em parceria com a Universidade Federal Rural de Pernambuco, Capacita SUAS.

A importância deste trabalho para o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) é no melhoramento da equipe no trato com a facilitação de direitos de usuário que fazem uso conflituoso de álcool e outras drogas, direcionando um olhar mais técnico, uma vez que é percebido que nem todas formações acadêmicas possuem uma especificidade para esta demanda. Esta pesquisa busca mais possibilidades, dentro do que é previsto as ações e direcionamentos da Política Nacional Antidrogas (PNAD), com a visualização de estratégias possíveis no viés da Redução de Danos (RD), em busca de tornar a unidade pública mais aproximada dos seus usuários.

Este é um trabalho de conclusão de curso que visa apresentar minha proposta de intervenção seguida de 3 (três) capítulos, sendo eles: Memorial, capítulo conceitual e por fim meu projeto de intervenção, que tem por objetivo fundamentar e conceituar, com diferentes teóricos, as ideias que escrevo aqui.

Neste início do primeiro capítulo, eu esmiúço toda minha trajetória desde antes da Especialização. Os caminhos que trilhei na escolha da minha profissão de psicóloga, as experiências acadêmicas que vivenciei e deram subsídios para minha atuação enquanto trabalhadora do SUAS, expressei também o meu amor pela Psicologia Social e os entraves e estranhamento que vivenciei nela. Assim como a imersão nessa Especialização, onde pude ter contato com mais conceitos que aprimoraram minha nova metodologia, bem como a aproximação mais teórica sobre as Políticas Sociais. Não deixando de lado os afetos criados com as pessoas que lecionaram e as partilhas de experiência enquanto trabalhadores do SUAS.

O capítulo conceitual vai dimensionar de forma teórica-metodológica e conceituar as ideias que aparatam meu projeto de intervenção dando mais direcionamentos a importância de uma formação continuada para os trabalhadores do SUAS em direção a aproximação desta temática de álcool e outras drogas dentro do CREAS. Partilhando estratégias de Redução de Danos, da Política Nacional Antidrogas, Educação Permanente e seus contextos históricos.

Este trabalho é uma pesquisa qualitativa a qual os objetos de estudo são profissionais do CREAS, então os resultados colhidos aqui estão sujeitos a modificações, que vão ter um olhar nas questões de relações sociais de como os trabalhadores lidam com a demanda de

drogadição, bem como compreendem as questões conceituais. Vale ressaltar que a metodologia utilizada aqui, segue uma lógica de encontros em grupo focal a fim de direcionar as temáticas e a aplicação de um questionário semiestruturado para a análise dos profissionais sobre o tema central desta pesquisa.

E por fim, apresentar a proposta de formação continuada com os profissionais do CREAS direcionando como seria desenvolvida, elencando os objetivos que perpassam esta formação, apresentando a metodologia a ser utilizada, organizando uma justificativa acerca da temática e colocando tudo isso em um cronograma.

II. MEMORIAL

No trajeto percorrido neste espaço acadêmico virtual no I Curso de Especialização em Políticas Sociais, ofertado pela Universidade Federal Rural de Pernambuco, colhi e semeei expectativas ao meu novo fazer profissional.

Sinto que seja importante destacar-me aqui, enquanto psicóloga social, mulher negra, feminista, antirracista e redutora de danos. Visualizar-me integralmente nesse processo me fez caminhar no sentido de praticar a psicologia que eu acredito junto às minhas pautas identitárias e minhas lutas. As afetações e inquietações no meu trajeto profissional, junto à minha atuação, me fizeram remar no sentido de discutir mais sobre a garantia de direitos da população que vivencia vulnerabilidades extremas, que em sua grande maioria são pessoas pretas, pobres e que não têm conhecimento sobre seus direitos e/ou o papel das Políticas Sociais.

Antes de ingressar na faculdade, não me recordo de almejar nada que fosse acadêmico, diante dos meus marcadores sociais, sobreviver em um contexto de pobreza e vulnerabilidade era a meta. Recordo meu primeiro contato com um profissional de Psicologia, uma do CREAS, que acompanhava a minha família afim de superar as violações que lá existiam e fizeram parte da minha história. Essa recordação foi impulso para escolher uma profissão, uma graduação. Era possível ofertar suporte para facilitar famílias que vivenciavam contexto de vulnerabilidade.

Durante a minha formação em Psicologia, ingressei em alguns programas de extensões que me fizeram adentrar mais ainda no campo da Psicologia Social, dentre eles: Educação Sexual nas Escolas, que teve duração de oito meses, onde pude atuar junto à equipe educacional do município de Caruaru/PE, orientando jovens e adolescentes sobre Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST), uso de preservativo e a importância cuidados básicos e higiene para prevenção possíveis de doenças.

Bem como, participei do programa de extensão de Acolhimento e Acompanhamento Psicossocial às Vítimas de Violência Sexista e aos Autores de Violência, atuando junto ao Centro de Referência das Mulheres Maria Bonita indo às escolas e orientando as crianças e adolescentes sobre a Lei nº 11.340 (Maria da Penha) e os tipos de violência que dispõe a mesma, trazendo a temática para o campo lúdico com o intuito de fácil acesso à informação, assim como acolhendo, encaminhando e fazendo escuta deste estudantes e seus familiares.

No ano seguinte, executei atividade no programa de extensão P(Arte) de Mim: Intervenções Psicossociais com o Teatro do Oprimido, onde desenvolvemos atividade de

jogos e exercícios teatrais para identificarmos situação de opressão vivenciadas por parte de adolescentes ingressos na Fundação de Atendimento Socioeducativo (Funase).

Construí uma afetação pela temática de drogadição quando desde da graduação nos encontros frequentes no projeto de extensão a qual frequentava, de nome “Nos Trilhos da Reforma: diálogos singulares e a coletividade nos serviços de saúde mental”, onde discutíamos os impactos da reforma psiquiátrica no Brasil, assim como alinhávamos essa temática na atuação dos serviços de Saúde Mental dispostos neste município, destaco o Centro Psicossocial Álcool e outras Drogas (CAPS AD). Todo esse percurso me fez acreditar em uma psicologia que valida os direitos constitucionais dos cidadãos, em sua integralidade, visualizando todos os recortes sociais que o constituem, bem como me visualizando integrada nesse processo.

Contudo, a paixão pelo campo da assistência social vem acontecer quando, já formada, fui atuar no Programa Atitude, um programa de atenção integral para usuários de drogas. Neste espaço, foi onde simbolicamente, tive a meu verdadeiro contato direto com indivíduos que fazem uso conflituoso de crack e outras drogas e suas famílias. Tal realidade me fez ter um olhar mais ampliado para a potência que as políticas públicas têm sobre o público alvo desta instituição. Jamais pensei que seria possível amar tanto a psicologia social: o que era uma simples paixão, se tornou um grande amor.

No ano 2022, me encontro enquanto trabalhadora do Sistema Único de Assistência Social – SUAS na Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos, atuando na média complexidade no Centro de Referência Especializada de Assistência Social (CREAS), no qual oferta trabalho social de proteção a família e indivíduos que estão em risco social ou tem direitos violados.

Mediante o exposto das minhas experiências e conhecimentos acadêmicos, finco minha proposta de Pré-projeto no campo da Drogadição e na problematização dos cuidados e das responsabilidades do SUAS, assim como nos serviços de assistência dispostos no município de Caruaru/PE. Destacando atuação destes, com os indivíduos que fazem uso conflituoso de substâncias psicoativas que muitas vezes estão em situação de rua, assim como a dificuldade de acesso aos direitos básicos. Evidenciando o cuidado *in loco* e em áreas de risco dispostas pela cidade, fortalecendo os vínculos familiares e comunitários.

Este projeto visualiza novas possibilidades de cuidado a partir das diversas realidades vivenciadas pelos coletivos, não formalizados, porém vivenciados de pessoas em situação de uso conflituoso de crack. Buscando aprofundar-se em um fazer antiproibicionista e antirracista. Tendo em vista as dificuldades de acesso as Políticas Públicas, diante as vulnerabilidades e muitas vezes olhar estigmatizado, associar isto à formação destes

profissionais que atuam na ponta e acessam além do público que faz uso de substâncias psicoativas o território e as famílias.

As provocações que me levaram a construir esta proposta de intervenções foram baseadas nas inquietações diárias do meu ambiente de trabalho, na Política Pública que atuo no momento presente o Centro de Referência Especializada de Assistência Social (CREAS), nasce, do diálogo constante com meus colegas de trabalho que expressam a dificuldade no atendimento à demanda crescente de usuários de álcool e outras drogas, do município de Caruaru –PE. Ficou perceptível a falta que uma formação para esta especificidade fazia.

Então, a possibilidade de me matricular nesta Especialização surgiu enquanto uma agradável surpresa. O percurso aqui caminhado me permitiu acessar um grande desconforto de sair da minha zona de habitualidades do dia a dia que nos fazem querer permanecer em um lugar cômodo. Recordo que em uma aula da cadeira de Estado e Políticas Públicas, a Professora Gabriela nos provocou a olhar fora da caixa para poder compreender toda a complexidade que engloba essa grande colcha de retalho que são as Políticas Públicas, entendendo todo o percurso histórico até os planejamentos feitos para agenda.

No primeiro contato que tive com as aulas síncronas foi de total estranheza, por não me visualizar em espaços acadêmicos diante do meu processo interseccional. Pode parecer estranho um aluno conotar um espaço acadêmico como um desconforto, mas antes de ingressar neste contexto, era estranhamente desconfortável estar nele, por talvez não visualizar meus pares com tanta frequência inseridos neste contexto. Porém, este ambiente foi e vem se tornando possível ao ponto que fortalece meu dilema profissional e auxiliam mais que tecnicamente minha atuação. Este enfrentamento coletivo e os diálogos aprofundados de outros atores de várias localidades do Estado, me faz construir e/ou destruir vários olhares diante das inúmeras complexidades que as Políticas Sociais apresentam.

Destaco, ainda a aula de Direitos Humanos, que era ministrada pelo Professor Humberto, onde analisamos criticamente as atuações dos profissionais na garantia de direito, fazendo a quebra de um paradigma que vezes nos vemos confundindo uma atuação profissional e uma prestação de caridade, não sendo essa a proposta das Políticas Públicas. Estender o debate sobre o fazer profissional na garantia de direitos humanos, procurando contribuir positivamente na agenda, buscando pensar sobre os sujeitos que necessitam acessar seus direitos e detentores destes, não deixando de lado toda a especificidade e subjetividade que se apresenta. RIFIOTIS (2007).

Bem como algumas provocações que me fizeram aprofundar o conhecimento referente às necessidades de evidenciar e validar um olhar técnico pautado em um saber Científico-Teórico, pela nossa Constituição, pelos Direitos Humanos, pela Política Nacional

sobre Drogas. Para que assim os profissionais consigam facilitar o acesso aos direitos sem imprimir naquele ser humano que necessita de suporte diante de uma fragilidade relacionada a sua dependência química, uma maior adesão aos equipamentos e programas públicos. Aquilo que é seu segundo a Constituição sendo evidenciando assim estes enquanto sujeitos de direitos. É um dever e responsabilidade do Estado a garantia de direitos, tanto os direitos individuais quanto coletivos, segundo RIFIOTOS (2007).

O dialogo nas aulas se aproximavam mais das minhas experiências profissionais e me davam repertorio técnico para aparelhar minha atuação, recordo que em textos e aulas da disciplina de Direitos Humanos, onde eram feitos apontamentos sobre os contextos históricos para reafirmar a necessidade de cuidado de forma equânime. Reafirmar a não reparação histórica no contexto das pessoas escravizadas no Brasil, o marco histórico da Constituição Federal, criação de serviços assistências para a reparação de danos históricos, bem como os ruídos do Neoliberalismo no Brasil. Foram pautas recorrentes na disciplina do Professor Humberto.

Com isso vale dizer que minhas pautas indenitárias e meu contesto interseccional se sentiram contemplados ao rememorar nos textos e nos diálogos em aula, onde em coletivo podemos reafirmar as problemáticas no funcionamento dos serviços a qual fazemos parte, das não implicações do Governo atual, da falta de aparato técnico, da falta da participação popular na criação da agenda, do desejo de serviços mais descentralizados e de formação mais frequente aos atores que estão atuando na ponta. Sem dúvida essas temáticas de forma frequente em diversas aulas, assim como me fez ver que o desconforto era coletivo. Importante destacar que os alunos fazem parte de serviços espalhados pelo estado de Pernambuco.

Os estranhamentos com as formas metodológicas que se apresentaram na disciplina ministrada pela Professora Valeria, me fizeram reconhecer que a necessidade de ler os textos com mais atenção disponibilizados por ela, que mais pareciam uma receita de bolo, mostrando todos os ingredientes da construção e formulação acadêmica da minha metodologia, assim como os caminhos adversos que poderia experimentar. Diante disso nasce meu diálogo com a escrita mais dialogada e vivencial, assim este se desagua sobre as orientações de Buendía (2002) sobre a potência do saber da experiência – caminho para olhar para aquilo que nos passa – e a partir disso ampliar as possibilidades do devir. A proposta é, nesse sentido, apresentar uma aproximação da experiência de uma cursista na Especialização de Políticas Sociais

Na construção desse projeto me deparei com algumas dificuldades na maneira que evidencio minha escrita, então procurei referencias teóricos que sejam mais aproximados com

a minha realidade interseccional. Me deparei com a metodologia de Escrivivência que se configura na linguagem da experiência afro-brasileira, vivenciada por mulher negras, em forma de prosa ou poesia (Evaristo, 2017, p. 7). Puder visualizar outras possibilidades de construção de texto acadêmico longe daquele engessado e distante faz com que aproximação das minhas vivências sejam validadas enquanto método científico.

No meu primeiro encontro com meu orientador o Professor Bernardo, este me fez sentir confortável com tudo que desejei a este projeto, sem a tão temida inalcançada distancia de tudo aquilo que vemos sobre os textos acadêmicos. Recordo que em uma sugestão textuais um fragmento valida tudo que foi dialogado na orientação, onde Josso (2006) refere que o trabalho com a experiência de vida tem construído novos olhares no campo da pesquisa, da pratica e da formação.

Sentir confortável com nossas experiências profissionais e conseguir expressar com total conforto o que é vivenciado na pratica, bem como tudo que experiência neste ambiente acadêmico, conseguindo sem desespero nenhum fazer uma grande costura dessa colcha de retalhos de tudo que foi/é aprendido diariamente, me faz acreditar no cuidado equânime que aqui se fez.

Poder ler/escrever este memorial compreendendo tudo que foi caminhado aqui, me faz ter animo para terminar este projeto, assim como executa-lo vendo as potencialidades e repertórios que este vem carregando até o momento presente. Acreditando nos impactos positivos que ele carrega não só para mim, mas para os profissionais que estão atuando no CREAS e também aqueles que acessam este serviço em busca de um acolhimento mais aproximado com a realidade de suas vivências. Acredito que este projeto nasce com um intuito de transformação de um espaço instrucional de garantia de direitos e com o desconforto que necessita ser frequente da busca de conhecimento.

Tem uma frase de Frantz Fanon que é: “a questão não é mais conhecer o mundo, mas transforma-lo. ” Sempre que me deparo com essa provocação penso no tanto que já conheço e o tanto que falta para mudar. Nesse projeto eu me desafio, não só na construção acadêmica dele, mas proposta que me faz em modificar uma estrutura que já existe a qual conheço e pertencço. Assim como Fanon, tenho sede por mudança e transformação.

Finalizo com uma breve reflexão, deste caminho andado até o aqui-agora compreendendo a importância essencial das Políticas Públicas nas transformações dos indivíduos visto enquanto seres de direitos. Tendo consciência da importância da autocrítica da autuação e do compromisso social a ética impressa nas instituições por onde passei e estou. Bem como, o aprimoramento técnico que venho visualizando ao decorrer das aulas, que fazem uma estante de repertorio para minha atuação e contribuição.

III. CONCEITUAL

1.1. Introdução Políticas Sociais, contexto histórico e Política Nacional Antidrogas

Trata-se de um capítulo que discorre, um breve referencial teórico dos conceitos utilizados que irá correlacionar o contexto histórico junto a ressonância destes nas Políticas Sociais e a importância da atuação do profissional de psicologia munido do que orienta pela Política Nacional Antidrogas (PNAD) e a pautada na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS).

Importante destacar que as Políticas Públicas ganham força depois da criação da Constituição em 1988, que deixa evidente o dever do Estado na provisão de direitos como saúde, educação, alimentação os mínimos básicos que deveriam ser providos de forma universal. Vale destacar que as políticas sociais vão ganhar força com a participação popular na reivindicação de forma coletiva por serviços públicos de qualidade no manejo e atendimento de qualidade para famílias e indivíduos.

O marco na sociedade brasileira, após anos sombrios da ditadura militar é, sem dúvidas, a Constituição Federal, escrita em 1988, que garante direitos que são fundamentais a população, sem haver discriminação nos recortes sociais. Sendo este um grande feito. Como discorre Dallari:

Constituição, pela intensa participação popular assim como pelo conteúdo, é a mais democrática de todas que o Brasil já teve e se inscreve na linha das Constituições democráticas europeias elaboradas depois da segunda guerra mundial, das quais, aliás, sofreu bastante influência. Houve condições para dar ao Brasil uma Constituição democrática e comprometida com a supremacia do direito e a promoção da justiça e isso foi feito pelos constituintes. (DALLARI, 2007, p. 29).

Porém, sabemos que apenas a Constituição, por si só, não garante que algumas, ditas minorias, tenham acesso a seus direitos fundamentais. É possível visualizar esta situação quando nos deparamos com a criação de Políticas Públicas que irão dar suporte no acesso das pessoas aos seus direitos básicos. Não só as Unidades Públicas e profissionais vão intermediar o acesso os estes direitos, mas também a participação popular que vai fazer com estes direitos seja cobrada e efetivada com a mudança dos climas históricos e civis. E isto se dá pelo contexto histórico do Brasil que vem carregado de injustiças, que vão ressoando na atualidade.

Importante ressaltar sobre a PNAD teve uma atualização em 2019 no governo do ex-presidente Jair Bolsonaro que de configura o cuidado centrado na pessoa e RD, quando impõe que o tratamento a dependentes químicos pode apenas ser realizado com a abstinência. Bem como referenciando o tratamento de comunidades terapêuticas, esta atualização é um

grande retrocesso, principalmente para as políticas públicas, pois tiram delas a referência desse cuidado em Rede aos indivíduos e famílias, pensando nestes de forma biopsicossocial.

Devemos apontar que o Brasil carrega cicatrizes que ressoam até os tempos atuais enquanto estigmas aponto, a escravidão das pessoas negras que foram trazidas a força para este país, violentadas e desumanizadas. Por 388 anos tivemos nossa História marcada por esta violência sem tamanho, a abolição da escravatura assinada em 1888, a qual não garantiu nenhum direito para as pessoas escravizadas repercute até hoje. Fortalecendo ainda mais as narrativas racistas que empregam em uma grande maioria das pessoas que acessa as Políticas Sociais um estigma, fazendo um distanciamento dessas ao acesso do direito.

Uma herança trágica por não possuir nenhum tipo reparação histórica que podemos visualizar nos tempos atuais, onde a grande massa de pessoas que acessam serviços assistências são pessoas que possuem um recorte social de raça, gênero e classe. Aponta-se que a grande maioria que acessam os serviços como o CREAS, são mulheres, pretas, pobres e que moram em periferias.

É de suma importância fazer um desenho do processo histórico de retrocesso deste país. Quando vemos as ditas “minorias” que acessam serviços assistenciais em busca de seus direitos, que muitas vezes são negados ou quase sempre, por diversos motivos entre eles o fato de se enquadrarem em um âmbito de recorte interseccional. Na grande maioria os usuários conflituosos de álcool e outras drogas são homens, negros, pobres e que vivem em situação de rua. Segundo o Levantamento do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia para Políticas Públicas do Álcool e Outras Drogas (INPAD) no Nordeste a cerca de 800 mil usuários de crack (LARANJEIRA et al., 2013).

Quando questionamos alguém sobre a população que faz uso conflituoso de álcool e outras drogas, mas especificamente o crack, geralmente o que vem à mente é um estereótipo de homens negros, em situação de rua, com aspectos “zumbificados”, a imagem da cracolândia, vivendo em prol da sua condição de dependente químico, afastados de uma identidade. Este olhar geralmente parte do senso comum que muitas vezes são expressos e reforçados por profissionais que atuam em serviços assistências de garantia de direitos.

Disso nasce a necessidade de evidenciar e validar um olhar técnico pautado em um saber Científico-Teórico, pela nossa Constituição, pelos Direitos Humanos, pela Política Nacional Antidrogas. Para que assim os profissionais consigam facilitar o acesso aos direitos impulsionando naquele indivíduo, que necessita de suporte diante de uma fragilidade relacionada a sua dependência química, uma maior adesão aos equipamentos e programas públicos. Aquilo que é seu, segundo a Constituição sendo evidenciado assim estes enquanto

sujeitos de direitos, é um dever e responsabilidade do Estado a garantia de direitos, tanto os direitos individuais quanto coletivos (RIFIOTOS, 2007).

Esse trabalho percorre por esse viés para poder interligar com a importância da atuação do profissional de psicologia nos serviços sociais públicos, relacionado com seus preceitos éticos, não dispensando as cicatrizes e herança que o contexto histórico de violência causa no Brasil. Apontando a suma necessidade das ramificações desse contexto violento nas Políticas Públicas.

Enquanto psicóloga, nos serviços de saúde e assistência social voltados para a população que faz uso de Substâncias Psicoativas (SPA's), é possível identificar a dificuldade dos usuários (as) em aderir a projetos com a finalidade de abstinência e de profissionais em operacionalizar a Redução de Danos, por desconhecimento das estratégias, posicionamento ético-político ou outras questões, bem como, também tive oportunidade de conhecer práticas inovadoras. O que é um gerador de desejo para contribuir com esses serviços e de dialogar sobre o tema no âmbito pessoal e acadêmico/científico.

A partir disso, cabe lembrar que o percurso histórico brasileiro no que se refere à relação do Estado com as SPA's é intensamente marcado pela abordagem repressiva. As primeiras críticas ao cenário, carente de políticas públicas e investimento em saúde, surgiram por volta da década de 1980, período em que houve uma ampliação do Movimento de Luta Antimanicomial (MLA) (VARGAS; CAMPOS, 2019).

O MLA adotou uma postura ético-política diante das violências que vinham sendo praticadas e trouxe diversos profissionais, como o de psicologia, por exemplo, para a centralidade dos debates sobre políticas públicas, ampliando a responsabilidade social dos mesmos (FARIAS; OTSUKA, 2019).

Endossado pelo MLA foi apresentado o Projeto de Lei nº 2.657/1989, sendo este, aprovado em 2001 como Lei nº 10.216/2001. Esta lei dispôs sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais, redirecionando o modelo assistencial as mesmas, o que operou como subsídio para os avanços conquistados posteriormente, como por exemplo, a criação de serviços de base territorial em substituição a internação em ambientes asilares

Destaco nesse movimento a Política Nacional Antidrogas (PNAD) que nasce a partir de esforços para combater a oferta de drogas, mas só veio ser implementada em meados do século 20, sendo seu primeiro decreto em 1938. Teve sua última atualização em 2019 (BRASIL, 2021). Esta sugere a criação de estratégias para dar conta da demanda crescente do uso problemático de drogas, esse decreto irá orientar a qualificação de profissionais e a

criação de manuais, cartilhas e serviços direcionado a identificação e cuidado com o usuário “a” de drogas.

Sendo bastante relevante e indicado a adesão do PNAD, bem como suas orientações serviços públicos ao ponto de interferir diretamente na atuação do profissional no contato direto com a demanda de álcool e outras drogas. Criando, assim um enorme repertório de possibilidades para a construção de estratégias no planejamento de acompanhamento desta demanda.

1.2. Redução de Danos e Psicologia

Em um cenário político de progressos, em 2005, a Redução de Danos (RD) foi reconhecida pelo Ministério da Saúde por meio da Portaria nº 1.028/2005. Apesar da literatura não apresentar consenso conceitual relativo à RD, Lancetti (2008) enfatiza que a prática da RD, pauta-se numa ideia simples, que é a de diminuir os efeitos nocivos do uso de SPA's e ampliar a vida dos sujeitos.

Enquanto uma postura ético-política, a RD leva em consideração a relação indissociável entre o humano e o uso de drogas e, fundamentalmente, considera o usuário um Sujeito social, possuidor de direitos e deveres. Portanto, constitui-se enquanto uma política alinhada com os Direitos Humanos, e se coloca em oposição ao paradigma proibicionista, ainda marcante nas políticas de drogas, o que evidencia resíduos de uma ditadura civil-militar, além de uma longa trajetória de racismo institucional no país (FARIAS; OTSUKA, 2019).

No entanto, é necessário superar o discurso que evidencia a existência do usuário de drogas e do profissional que, supostamente, o “salva”. Em contraponto a baixa exigência com a qual os serviços de base territorial, entre eles o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), operam para com o usuário, na presença de inúmeros desafios aos redutores de danos e demais trabalhadores da assistência. Sendo o primeiro obstáculo: superar a “contrafissura”, caracterizada pelo desejo de resolver imediatamente e de modo simples problemas complexos, o que resulta em sugestões de tratamentos baseados na abstinência e reengenharia da vida (LANCETTI, 2015).

No que se refere à RD, que pode ser inserida em diferentes práticas da psicologia, esta tem sido eliminada das portarias e legislações relacionadas ao tema das SPA's, não sendo citada nenhuma vez na atual Lei nº 13.840/2019, o que desconsidera anos de estudo (PRADO; OTSUKA, 2019). A referente lei altera a Lei nº 11.343/2006, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre drogas, condições de atenção aos usuários e financiamento das políticas. O fato evidencia a necessidade de permanecer produzindo e endossando o debate no que se refere à temática, junto aos trabalhadores da assistência.

Com foco na importância da atuação da (o) psicóloga (o) nos serviços de base territorial, ressalta-se que, a sua atuação, pautada na ética da profissão, não é possível sem considerar os princípios de equidade e dos Direitos Humanos (PRADO; OTSUKA, 2019).

A RD estabelece como premissa a “não centralidade na substância”, considera a multiplicidade das subjetividades, atravessada por diversos recortes sociais e históricos, e não admite que haja apenas uma forma de orientar e cuidar. Para além de uma ferramenta, apresenta-se como uma visão de mundo, que norteia a prática responsável e ética de profissionais de psicologia. Diante do exposto, todo psicólogo pode ser redutor de danos (PRADO; OTSUKA, 2019). Porém é necessário repensar que apesar de todo psicólogo poder ser um redutor, sabemos que existem empecilhos que ressoam nesse aspecto, desde uma formação direcionada a temática e um entendimento das estratégias de RD.

Sendo assim, se faz necessário que a RD seja encarada enquanto conceito teórico, já que vemos que ela não se faz enquanto política pública, utilizando dela todo repertório a ser incluído na atuação do profissional que está na ponta.

1.3. Formação continuada e CREAS

A necessidade do aperfeiçoamento do profissional de psicologia, bem como dos demais trabalhadores das unidades públicas é de suma importância para renovar o manejo com os diversos públicos que acessa diariamente, a exemplo o CREAS. O diálogo mais conciso com o espectro multiprofissional que constitui tal unidade é movimento que deve sempre ocorrer.

A formação continuada vem ocorrendo desde de 1995 no âmbito educacional (Marinho-Araújo & Neves, 2006). No entanto o que se denomina de formação continuada propõe também uma quebra no que já sabido do “senso comum” que muitas vezes se misturam nas atuações, como discorre (TORRES; FERREIRA, 2019, p. 239):

Podemos afirmar que nos anos 2000 ainda convivemos com um forte legado de práticas marcadas pelo clientelismo político, amalgamados à benesse e caridade. Associam-se a essas práticas a reprodução do senso comum na leitura da realidade e das desigualdades vividas pelos cidadãos, não raro, sobrepostas por valores morais e religiosos dos agentes institucionais. Como consequência, atualizam-se hoje antigas propostas de ações eventuais e sem continuidade, interpretando desigualdades estruturais da sociedade brasileira como “casos individuais. (TORRES; FERREIRA, 2019, p. 239)

De fato, se faz necessário um retorno para o teórico-metodológico nas unidades públicas precisa ser contínuo e uma reformulação no próprio fazer profissional cotidiano para que a demanda não seja colocada em um lugar de estigmas e preconceito. Evidenciar o lugar técnico, junto ao que visa a garantia de direitos socioassistenciais. Colocar o lugar do aperfeiçoamento teórico enquanto uma prioridade no cotidiano dos serviços SUAS, faz com

que a efetividade da proteção social seja realizada a não promover nenhum tipo de desigualdade social.

Uma das propostas que vem sendo consideradas no campo da educação permanente do SUAS é de cunho pedagógico, esse movimento mobilizou em 2013 a criação de uma Resolução nº 04/2013 que vai instituir as políticas públicas a necessidade da promoção de educação continuada tem objetivo fundamental para as unidades públicas, como discorre o manual da Política Nacional de Educação Permanente do SUAS:

Política Nacional de Educação Permanente constitui, portanto, uma resposta às demandas por qualificação do provimento dos serviços socioassistenciais, da gestão e do controle social do SUAS, não apenas representativa dos anseios do conjunto de sujeitos envolvidos na construção desse Sistema, mas também de um ousado e arrojado modo de se conceber e fazer a formação de pessoas para e pelo trabalho, visando à emancipação dos trabalhadores e dos usuários do Sistema” (Política Nacional de Educação Permanente do SUAS, 2013, P. 10).

Desta forma esse mecanismo de Educação Permanente não só direciona o processo de educação formal, como também visa implementar ferramentas cognitivas que vão dar subsídios para a construção das suas próprias identidades, levando em conta a cultura da região que este será aplicado.

Além de que essa metodologia usada no SUAS irá elencar alguns princípios fundamentais, sendo eles: centralidade dos processos de trabalho e das práticas profissionais; da aprendizagem significativa; da historicidade e o desenvolvimento das capacidades e competências (PNEP/ SUAS, 2013).

Pensando nisso a existência de um prática política e pedagógica vai orientar a novos exercícios de formação continuada, tendo como repertório o que já desenvolvido no trabalho, impulsionando novos discursos coletivos, bem como projetos acerca do âmbito da assistência social.

A reconstrução de como é formulado tal saber, estimulando os profissionais a estender seu repertório tomando consciência de novas possibilidades dentro da sua própria atuação (ARAÚJO, 2003); (MARINHO, ARAÚJO, ALMEIDA, 2005); (MARINHO, ARAÚJO, NEVES, 2006). Importante destacar que dentro do histórico do SUAS a implementação de estratégias referente a possibilitar uma gestão de qualificação para os trabalhadores, institui sua I Conferencia Nacional de Assistência Social em 1995.

A primeira conferencia houve um debate acerca da qualificação e do treinamento do pessoal que trabalha nas políticas públicas e este se estendia aos municípios. E o debate caminhava para a criação de “Conselhos, fundos, bem como os Planos de Assistência Social e executar programas e projetos” (Política Nacional de Educação Permanente do SUAS, 2013, p. 14).

Isso tudo se institucionaliza na Política Pública com a necessidade de aproximar o SUAS à Educação Permanente. Sendo assim, as duas primeiras conferências culminaram com o fim da Fundação Legião Brasileira de Assistência (LBA) que impulsionaram o início dos debates para a criação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) a qual orienta a seguridade social.

Desenvolver esses conhecimentos nos trabalhadores/atores, bem como nos conselheiros fortalece ainda mais a autonomia da unidade e a centralidade nos direitos dos usuários que ali adentram. O processo de capacitação/formação emerge enquanto essencial para a própria gestão pública que pode descentralizar os poderes e gerenciar conjuntamente, trabalhando o processo de autonomia.

Ofertar a possibilidade do debate no âmbito da formação em conjunto com a gestão pública e esses atores sobre suas próprias competências dentro do que circunda o processo assistencial, requerendo a melhoria e uma metodologia continuada na oferta do serviço.

Tal formação vai ter um impacto positivo na movimentação das unidades públicas, tendo que ocorrer de forma a ser contempladas nos calendários da instituição fazendo parte integrante da rotina do serviço movimentando o diálogo a favor da temática trabalhada. Assim facilita para o trabalhador a identificação da demanda a exemplo do usuário de álcool e outras drogas com mais expertise, validando seus direitos dentro da especificidade que se apresenta.

O principal objetivo dessa formação é reformular a prática do profissional de forma a ficar mais aproximada de uma prática técnica-teórica e embasar seu saber na aplicação do trabalho de forma a se possível reconfigurar sua metodologia. Deixando de lado o que é sabido pelo que vem empregado do senso comum e se paramentando do que contempla as estratégias de RD e o PNAD.

Vale salientar que os profissionais enquanto atores dos mecanismos criados pelo Estado, na garantia de acesso aos direitos, possam ter seu olhar e atuação permeado por qualificações e/ou formações, no intuito de cada vez aprimorá-los, pois são estes os aspectos mais importantes na atuação direta com a população, para que o cenário histórico apresentado aqui, seja modificado ou até reparado.

Quando apontamos para uma unidade pública que trabalha na garantia de direito sabemos que a maioria dos indivíduos que acessam tal equipamento chegam carregados de estigma, estes buscam orientação e acompanhamento digno, validando seus recortes sociais, buscando orientações para romper com a violência a qual estão inseridos. A atuação do psicólogo deve contemplar seus pilares éticos, como discorre o Código de Ética do Psicólogo:

O psicólogo baseará o seu trabalho no respeito e na promoção da liberdade, da dignidade, da igualdade e da integridade do ser humano, apoiado nos valores que

embasam a Declaração Universal dos Direitos Humanos (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2005, p. 7).

Vale destacar aqui a atuação do CREAS enquanto órgão público que trabalha com famílias e indivíduos que tiveram seus direitos violados ou vivem em situação de violência, que visa a facilitação do acesso ao que consta na Constituição. Este serviço se utiliza de um Programa de Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI), um instrumental que deve conter todo o contexto histórico, estratégias e planejamentos (Brasil, 2019).

Esta mobilização de formação vai utilizar de mecanismos que irão aprimorar os atendimentos deixando mais evidente nas escutas a problemática das famílias que vivenciam a violação/violência referente ao uso problemático de drogas. Facilitando na criação de estratégias para o Planejamento de Acompanhamento Familiar (PAF), dentro da realidade daquela família e/ou indivíduo que busca um suporte assistencial.

Por isso a utilização teórico-metodológico em uma formação continuada vem a ser uma otimização para o melhor desempenho do trabalhador, bem como para o usuário que acessa o serviço. Para proporcionar uma visão mais amplificada acerca dos direitos socioassistenciais.

Entende-se que um profissional que está se aprimorando constantemente dentro de um espectro de formação irá resultar em um melhor acolhimento das demandas violadoras, utilizando desse repertório teórico. Mobilizando não só estratégias para os usuários que ali adentram, mas também no próprio funcionamento e fluxo dos serviços socioassistenciais.

IV. INTERVENTIVO

Neste nasce de uma observação feita das demandas crescente do público que faz uso conflituoso de álcool e outras drogas que acessam os serviços socioassistenciais, nesse contexto é perceptível uma falta de saber técnico para dar vazão aos encaminhamentos, da demanda mencionada.

A unidade pública escolhida para este trabalho é o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS,) que fica localizado no município de Caruaru –PE que conta com duas unidades para dar conta das demandas crescentes desta cidade.

O CREAS Centro que fica localizado no centro de Caruaru conta com equipe multiprofissional, sendo formada por psicólogos, assistentes sociais, pedagogo, educador social e advogado, atualmente acompanham mais de 1.300 casos

O CREAS Cedro que fica localizado no bairro Cedro e conta com equipe multiprofissional e atualmente acompanham mais de 800 casos. Nesta unidade em específico fica o núcleo de Medida Socioeducativa que acompanham casos de adolescentes que cometeram algum ato infracional e estão respondendo judicialmente em liberdade.

As contabilizações destes casos são feitas e repassadas a um banco de dados municipal, através do preenchimento do Registro Mensal de Atendimentos realizado pela equipe técnica.

Tendo em vista que existe um pensamento do senso comum que é perpassado por uma ótica estigmatizada que muitas vezes se conflita com o olhar técnico-científico que é preciso se ter a esta demanda.

Identifica-se a necessidade de uma reflexão nos acolhimentos, atendimentos, encaminhamentos e na utilização dos próprios instrumentais técnicos que dispõe o CREAS. Uma vez que existe um público que muitas vezes não acessa por uma carência de informação acerca dos seus direitos constitucionais e socioassistenciais, até mesmo quais unidades públicas buscarem para dar vazão a suas demandas, ondem expressam esta dificuldade em atendimento.

Na atuação enquanto técnica em psicologia social no CREAS, pude notar um quantitativo significativo de indivíduos ou familiares que acessam o serviço que são usuários de múltiplas drogas e não conseguem ter os encaminhamentos direcionado a suas demandas pelos profissionais. Identifica-se a falta de especialização da equipe, seja na formação acadêmica, que por vezes não contempla discussão na área da drogadição e Redução de

Danos, seja pelo posicionamento ético-político, dificultando a identificação das problemáticas advindas do uso conflituoso desse público e, conseqüentemente, a dificuldade na criação de estratégias para acolhimento.

Observa-se a dificuldade no acesso aos serviços de assistência social e saúde por parte de usuários que fazem uso conflituoso de múltiplas drogas, que muitas vezes estão em situação de rua, com vínculos fragilizados e rompidos com os familiares e rede de apoio, sem acesso a garantia de direitos básicos. Compreende-se que a falta de informação e o contexto de vulnerabilidade contribui na dificuldade de acesso as políticas públicas, no entanto, percebe-se que o estigma da sociedade e dos trabalhadores do SUAS em relação ao usuário de drogas tem distanciado ainda mais o acesso destes ao cuidado.

Diante deste contexto constata-se a importância de fomentar discussões contínuas a respeito da atuação técnica e das problemáticas que atravessam as pessoas que fazem uso de SPA's, possibilitando o acesso e a garantia dos direitos. Para contribuir na autonomia do sujeito fazendo que este tenha novamente autoridade na busca ativa e na construção de estratégias facilitadoras referente a seu processo de cuidado.

De forma que a capacitação em relação ao que contempla o serviço que deve ser prestado pelo CREAS, quanto a Política Nacional Antidrogas, segundo o Decreto N° 9.761 de 11 de abril de 2019 Art. 2°:

Os órgãos e as entidades da administração pública federal considerarão, em seus planejamentos e em suas ações, os pressupostos, as definições gerais e as diretrizes fixadas no Anexo.

2.7. Garantir o direito à assistência intersetorial, interdisciplinar e transversal, a partir da visão holística do ser humano, com tratamento, acolhimento, acompanhamento e outros serviços, às pessoas com problemas decorrentes do uso, do uso indevido ou da dependência do álcool e de outras drogas (BRASIL,2019).

Cabe enfatizar que o cenário brasileiro e a relação do Estado com aqueles que fazem uso de SPA's, está que por vezes marcado pelo estigma e abordagens repressivas. Assim como um cenário carente de melhoria em investimento nas Políticas Públicas que surgiram em 1980 junto a repercussão da Luta Antimanicomial (VARGAS; CAMPOS, 2019).

A escolha deste tema nasce na perspectiva de combater a falta de informações acerca dos conflitos e estigmas que atravessam os indivíduos que estão na situação de dependência química, no qual, sua família e comunidade muitas vezes se isentam da participação ativa na garantia de direitos e um novo olhar diante as possibilidades que as políticas públicas devem e podem ofertar.

A RD foi reconhecida pelo Ministério da Saúde em 2005 por meio da Portaria n° 1.028/2005. Enfatiza que o manejo da RD, nasce de uma concepção simples, da diminuição dos efeitos e conflitos do uso problemático ou não de drogas, podendo ser ele de qualquer

contexto: social, familiar, biológico ou político. A proposta é ampliar as possibilidades para os usuários dentro da lógica e do funcionamento da unidade assistencial.

Contar com o conceito da RD entendendo que este pode causar uma melhor qualidade de cuidado, respeitando assim a escolha daquele que vivencia a dependência sobre como pode, dentro de sua realidade, administrar seu uso e a consequência que pode lhe causar. Assim como possa traçar um planejamento de ação e/ou planejamento familiar, junto a equipe que é sua referência, onde assim se pode fazer com que ele supere as violações e vulnerabilidades existentes no seu contexto de vida.

O objetivo dessa proposta de intervenção é promover uma formação sobre os cuidados com os indivíduos que fazem uso conflituoso de substâncias psicoativas, tendo como referência a PNAD e o conceito/estratégias de RD, esta será direcionada aos profissionais que atuam como técnicas (os) nos dois CREAS, do município de Caruaru/PE.

Bem como identificar o perfil dos profissionais e como eles percebem a demanda de famílias que vivenciam o contexto de drogadição e acessam o CREAS, realizar um mapeamento do conhecimento prévio dos participantes sobre a PNAD e o conceito e entendimento de RD e por fim analisar os resultados deste mapeamento pós formação.

Serão desenvolvidas atividades que visam em um primeiro momento, ser feito uma análise de demandas em conjunto com o público-alvo acerca da temática, fazendo um levantamento por meio da aplicação de uma entrevista semiestruturada para comprovar os números de acesso, assim como as intervenções realizadas nos casos acompanhados.

Elaboração de pauta de assuntos a serem discutidos em grupo operativo a partir da análise feita para pontuar as principais faltas.

Após isto será feito dois encontros, pensando em não conflitar com a rotina da unidade, para diálogos referente a PNAD e o conceito de RD aplicado a atuação dos profissionais nas intervenções a serem realizadas numa ótica antimanicomial.

Assim como elencar em conjunto com os trabalhadores do SUAS, propostas de melhoria dos profissionais dentro do olhar técnico da demanda identificada anteriormente na entrevista semiestruturada.

Dentre as atividades desenvolvidas será feito um momento para que os profissionais possam expor seu feedback do ocorrido, está será desenvolvida posterior as atividades acerca do que foi trabalhado, como um momento de acolhimento do que foi vivenciado, das dificuldades e dos aprendizados.

E por fim fazer o registro de todo o material coletado na formação neste Plano de Trabalho decorrendo todos os processos travados ao logo do percurso.

As atividades a serem desenvolvidas tem como público alvo os técnicos de referência que atuam nos CREAS do município de Caruaru, levando em consideração a participação voluntária destes e não tendo a intenção de prejudicar a funcionamento do equipamento. A priori sugere-se a aplicação de uma entrevista semiestruturadas que pressupõem perguntas previamente formuladas, fechada e auto aplicada de acordo com a metodologia de (Gil, 2008). Para mapear este perfil, assim como conhecimento da Política Nacional sobre Drogas e o conceito de redução de danos.

Para realização das discussões foi pensado a utilização de um grupo operativo que é pensado e trabalho no assunto central na intenção de chegar a uma resolutividade maior da demanda (PICHON-REVIÈRE, 1986). Esse tipo de dinâmica permite que os técnicos de referência tenham a oportunidade de discutir e possam tirar dúvidas. A participação de um profissional ou dois que tenham uma especialização e atuação na área e possa trazer de forma técnica conceitos contemplados na Política Nacional sobre Drogas e RD.

A partir das determinações contidas nas Resoluções nº 466/12 e nº 510/16 do Conselho Nacional de Saúde (CNS), esta pesquisa deverá atender aos fundamentos éticos e científicos pertinentes, devendo também ser submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP). Se comprometendo a apresentar esclarecimentos para os participantes sobre a natureza do estudo, os objetivos, métodos, benefícios previstos e possíveis incômodos. Portanto, será elaborado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), que será lido e explicado, para que o participante possa se manifestar de forma consciente, livre e esclarecida.

Referindo-se aos riscos e benefícios, tomaremos como parâmetro as Resoluções CNS 466/12 e 510/16, ciente que toda pesquisa envolve riscos, serão adotadas precauções. Previmos que os participantes não sofrerão nenhum risco físico, mas podem acontecer riscos como: expectativas e constrangimentos ao falar sobre o assunto. Neste sentido, iremos assegurar o sigilo e utilizaremos a alcunha para cada participante. Os benefícios serão considerados como indiretos. A formação apontará os saberes e práticas da Política Nacional sobre Drogas, desafios e dificuldades vivenciados na atuação de técnicos (os) que atuam nos CREAS do município de Caruaru, Pernambuco.

Com esta pesquisa esperamos facilitar as discussões acerca das estratégias que estão contempladas na Política Nacional sobre Drogas junto aos cuidados em RD, dentro dos CREAS do município de Caruaru. Contribuir para um novo olhar técnico na garantia de direitos diante as demandas de pessoas que fazem uso conflituoso de SPA's.

Desta intervenção é esperado que haja uma facilitação nas discussões acerca das estratégias que estão contempladas na PNAD junto aos cuidados em RD, dentro dos CREAS

do município de Caruaru. Contribuir para um novo olhar técnico na garantia de direitos diante as demandas de pessoas que fazem uso conflituoso de SPA's.

Bem como será feito uma avaliação em um grupo focal de forma qualitativa em um diálogo onde serão verificando os instrumentais utilizados para atuação com a demanda do CREAS, assim como o embasamento técnico utilizado para a abordagem e atendimento das especificidades apresentadas no que se refere ao público que acessa o serviço e tem uma relação conflituosa com o uso de SPA's.

Trazer para os atores as responsabilidades acerca da temática pautada nas normativas técnicas, utilizando a autocritica dos profissionais referente atuação nesse campo específico. Gerando o feedback de ambas as partes envolvidas nesse processo de aprendizado.

Posteriormente exposição dos dados referente aos momentos vivenciados e ao Plano de Trabalho para que os profissionais entendam o percurso e importância deste.

As atividades a serem desenvolvidas se colocam em um cronograma, sendo elas: a aplicação de entrevista semiestruturada no dia 20 outubro de 2023; uma análise da demanda apresentada na entrevista no dia 27 de outubro de 2023; o primeiro encontro/ grupo focal dia 03 de novembro de 2023; a análise dos dados do dia 18 de novembro ao dia 25 de novembro de 2023 e ao fim o registro de todos os dados e apresentação a equipe do dia 09 de dezembro ao dia 16 de dezembro.

V. CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Deste modo aqui expresso e recordo os caminhos de aprendizados andados pela I Especialização de Políticas Sociais, neste consegui construir e fortalecer o aprendizado no que diz respeito às disciplinas ofertadas: Estado e Políticas Públicas; Metodologia da Pesquisa; Oficina de Pesquisa, Direitos Humanos; Participação, Controle e Gestão Social; Métodos e técnicas de trabalho em Comunidade/família; Desigualdades, Políticas Sociais e Cidadania e Política Estadual da Assistência Social que foram as matérias que tivemos ao longo desse curso, compondo meu repertório acadêmico, bem como meu fazer pedagógico

Algumas destas matérias tiveram um papel fundamental para construção desse projeto o integrando enquanto referencial teórico por dialogar diretamente com o processo interventivo que foi traçado aqui, colocando em análise o que já estava escrito fazendo com que este trabalho ganhasse uma nova roupagem. A facilidade com que o conteúdo foi repassado também fez com que esta pesquisa ficasse mais direcionada ao objetivo, bem como a finalidade a que se propõe.

É necessário mencionar que a modalidade EAD possibilitou um diálogo mais aproximado com outras realidades de trabalhadores do SUAS que estiveram matriculados nessa Especialização. A contribuição política e acadêmica dos trabalhadores fez com que este trabalho ganhasse uma importância ainda maior, diante da necessidade e dificuldade apresentada em cada unidade pública mencionada nas aulas, assim como a falta de diálogo sobre o que propõe este interventivo.

Contudo, espero que este Plano de Trabalho a parte interventiva seja de fato efetivado na importância que o constitui, tendo em vista as dificuldades visualizadas e descritas aqui no atendimento de usuário e famílias acometida pela desorganização do uso problemático de SPA's, no acesso aos direitos, na desvinculação de um olhar do "senso comum para tal demanda, no aprimoramento de uma prática ética respaldada em bases teóricas para os CREAS da cidade de Caruaru.

Sobretudo evidenciar o impacto positivo deste desenvolvimento acadêmico na minha vida enquanto trabalhadora do SUAS, enquanto estudante e cidadã de direitos, diante do que versa meu código de ética enquanto psicóloga, a Política Nacional Antidrogas e o conceito de Redução de Danos. As estratégias de formação continuada que estão devolvidas aqui que contribui diretamente com o funcionamento do CREAS, bem como o preenchimento dos instrumentais PAEFI.

Este trabalho nasce no intuito de contribuir com a facilitação de direitos das famílias que acessam o CREAS, com os indivíduos que fazem uso problemático de drogas e

suporte nas estratégias criadas pelos profissionais que atuam diretamente com a demanda de drogadição, por compreender a necessidade que existe de um diálogo mais ampliado sobre uma temática que é pouco tratada em âmbitos acadêmicos.

REFERENCIAS:

Araujo, C. M. M. (2003). *Psicologia Escolar e o Desenvolvimento de Competências: uma opção para a formação continuada*. Tese de Doutorado, Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, Brasília.

BRASIL. Portaria n. 142, de 05 de julho de 2012. Dispõe acerca do Programa Nacional de Capacitação do Sistema Único de Assistência Social – CapacitaSUAS. Brasília, 2013.

BRASIL, Política Nacional de Educação Permanente do SUAS/ Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – 1ª ed. – Brasília: MDS, 2013, 57p

BRASIL. Ministério da Saúde. **Lei 10.216 de 6 de abril de 2001**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10216.htm> Acesso em: 29 abr. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria 1.028, de 1 de julho de 2005**. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2005/prt1028_01_07_2005.html> Acesso em: 29 abr. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Lei nº 11.343 de 23 de agosto de 2006**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111343.htm> Acesso em: 29 abr. 2022.

BRASIL. Atos do Poder Executivo. DECRETO n. 9.761, de 11 de abril de 2019. **Diário Oficial da União**: Seção 70-A. Disponível em: <https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/71137357> Acesso em 29 abr. 22

DALLARI, Dalmo de Abreu. **EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS: Fundamentos teórico-metodológicos. Fundamentos teórico-metodológicos**, EDITORA UNIVERSITÁRIA/UFPB, p. 513, dez. 2007.

DELGADO, Pedro Gabriel. **Reforma psiquiátrica: estratégias para resistir ao desmonte**. Rio de Janeiro: Trabalho, Educação e Saúde: v. 17, n. 2, p. 1-4, 2019. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tes/v17n2/1678-1007-tes-17-02-e0020241.pdf>> Acesso em: 03 jul. 2021.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed. São Paulo: Atlas S.A., f. 100, 2008. 200 p.

LANCETTI. **Contrafissura e plasticidade psíquica**. São Paulo: Hucitec, p. 134, 2015.

FARIAS, Ed Carlos; OTSUKA, Ed. Contexto social e histórico das drogas: múltiplos usos, racismo e repressão do proibicionismo do Estado. In: Núcleo de Saúde do CRP – SP (org) **Caderno Temático nº 30: Álcool e outras drogas: subsídios para sustentação da política antimanicomial e de redução de danos**. 1. Ed. São Paulo: 2019. p. 9 – 18.

LARANJEIRA, Ronaldo; MADRUGADA, Clarice Sandi; PINSKY, Ilana; CAETANO, Rual; RIBEIRO, Marcelo; MITSUHIRO, Sandro. Levantamento Nacional de Álcool e Drogas: o uso de cocaína e crack no Brasil. **Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia para Políticas Públicas do Álcool e Outras Drogas**, São Paulo, 2013. Disponível em: https://dssbr.ensp.fiocruz.br/wp-content/uploads/2013/06/LENAD_PressRelease_Coca.pdf. Acesso em: 10 maio 2023.

LEITÃO, B. J. M. Grupos de foco: o uso da metodologia de avaliação qualitativa como suporte complementar à avaliação quantitativa realizada pelo Sistema de Bibliotecas da USP. 2003. 131f. Dissertação (Mestrado em Comunicações e Artes), ECA, Universidade de São Paulo, São Paulo.

Marinho-Araujo, C. M. ; Neves, M. M. B. J. (2006). Psicologia Escolar e a responsabilidade social: uma experiência de Extensão Universitária. *Boletim Academia Paulista de Psicologia*, ano XXVI (1/06), pp. 57-67.

PRADO, Annie Louise Saboya; OTSUKA, Ed. Práticas de Redução de Danos. In: Núcleo de Saúde do CRP – SP (org) **Caderno Temático nº 30: Álcool e outras drogas: subsídios para sustentação da política antimanicomial e de redução de danos**. 1. Ed. São Paulo: 2019. p. 19 - 24.

RIFIOTIS, Theophilos. **EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS: Fundamentos teórico-metodológicos. Fundamentos teórico-metodológicos**, EDITORA UNIVERSITÁRIA/UFPB, p. 513, dez. 2007.

TORRES, Abigail Silvestre; FERREIRA, Stela da Silva. Trabalho Profissional: responsabilidade de proteção nos serviços socioassistenciais. **O Social em Questão**, [s. l.], ed. 45, p. 239-302, Set/Dez 2019. Disponível em: <file:///C:/Users/Evelyn%20Campos/Downloads/Artigo%20_%20Abigail%20Torres%20%20e%20Stela%20da%20Silva%20Ferreira.pdf>. Acesso em: 4 abr. 2023.

Pichon-Rivičre H. O processo grupal. Trad. de Marco Aurélio Fernandes Velosso. 2.ª ed. São Paulo: Martins Fontes; 1986.

VARGAS, Annabelle de Fátima Modesto; CAMPOS, Mauro Macêdo. A trajetória das políticas de saúde mental e de álcool e outras drogas no século XX. Rio de Janeiro: **Ciência e**

Saúde Coletiva: v. 24, n. 3, p. 1041-1050, 2019. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v24n3/1413-8123-csc-24-03-1041.pdf>> Acesso em: 28 abril 2022.

XIII PLENÁRIO DO CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (Brasília). Agosto de 2005. **CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL DO PSICÓLOGO**, Brasília, 21 jul. 2005. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/codigo-de-etica-psicologia.pdf>. Acesso em: 24 mar. 2023.